

O TCU e as Olimpíadas de 2016

A realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos no Rio de Janeiro em 2016 já é considerada um momento histórico para o Brasil. Principalmente no que diz respeito ao legado que a realização do megaevento pode deixar para a cidade e para o país.

Desde que o Rio de Janeiro foi escolhido como cidade sede, o Tribunal de Contas da União tem-se organizado e se articulado

com outros órgãos de controle no sentido de acompanhar as ações governamentais de preparação para os jogos olímpicos.

Sob a coordenação do ministro Aroldo Cedraz de Oliveira, o TCU elaborou um plano de fiscalização para as diversas áreas de investimento. Para a elaboração desse plano, foram consideradas as experiências e aprendizados vivenciados pelo tribunal no

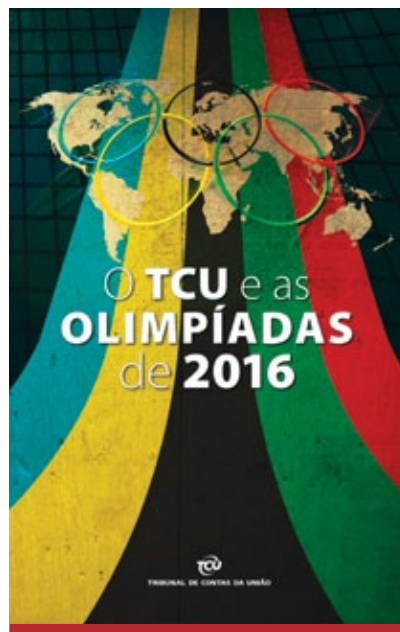
acompanhamento das ações preparatórias para os Jogos Pan-Americanos, os Jogos Mundiais Militares e para a Copa do Mundo de 2014.

De acordo com o presidente do TCU, ministro Augusto Nardes, além do controle da legalidade, legitimidade e economicidade dos projetos, a atuação do TCU também tem como fim assegurar a boa governança dos Jogos, contri-

atletas de alto rendimento e obra de mobilidade urbana.

Para o ministro Aroldo Cedraz, coordenador da fiscalização no TCU, nenhum detalhe pode ser esquecido e nem mesmo tratado intempestivamente. “Somente assim teremos condições de estabelecer um plano para eventuais contingências que podem prejudicar ou até mesmo inviabilizar o bom andamento dos jogos. E tudo isso, é claro, deve primar pela transparência das ações do governo e do próprio Tribunal de Contas da União”, afirma.

Uma das primeiras ações de controle realizadas pelo TCU foi a realização de levantamento de auditoria para avaliar a gestão e a organização das olimpíadas. A governança dos Jogos, informa o relatório, sofre ainda com a falta de definições de prazos, valores e responsabilidades pelas ações que precisam ser desenvolvidas. A menos de três anos dos jogos mundiais, o Brasil ainda não tem elaborado o documento que indica os projetos essenciais e os gestores responsáveis (matriz de responsabilidades).



Capa da publicação sobre as Olimpíadas

buindo para o fortalecimento dos controles internos, a transparência dos gastos e a devida prestação de contas dos resultados alcançados.

Para cooperar com o fortalecimento da governança na organização do megaevento esportivo, o plano de fiscalização do TCU tem como foco a atuação preventiva e proativa. Nesse sentido, espera-se que as ações governamentais sejam implantadas de forma transparente, com eficiência e eficácia, respeitando-se as leis e normas regulamentares.

O plano de fiscalização prevê avaliações do cumprimento do cronograma de execução das obras, legalidade das contratações, eficácia do plano das ações de segurança pública, formação e treinamento de

Para diminuir riscos percebidos pelo levantamento, o TCU recomendou uma série de medidas e fez determinações aos órgãos competentes pela administração dos Jogos. Uma delas é o delineamento e a publicação dos projetos e das correspondentes responsabilidades.

Outra ação realizada foi a assinatura de protocolo de intenções com os Tribunais de Contas do Estado e do Município do Rio de Janeiro, no dia 17 de setembro, na sede do TCU em Brasília.

Com o protocolo, será constituída rede de informações para fiscalização e controle dos gastos públicos na organização dos jogos visando a conferir mais celeridade e eficiência ao intercâmbio de informações e aos procedimentos que envolvam proteção do patrimônio público e defesa da probidade administrativa.

TRANSPARÊNCIA

Para ampliar o acesso a informações sobre a fiscalização das ações preparatórias para os jogos, o TCU lançou o relatório “O TCU e as Olimpíadas de 2016”. A publicação aborda aspectos relacionados aos compromissos assumidos e garantias oferecidas pelo Brasil para a realização dos jogos na cidade do Rio de Janeiro, além de tratar da previsão de investimentos para a concretização do evento e da estratégia de acompanhamento estabelecida pelo tribunal. No relatório, também estão presentes os resultados das fiscalizações já concluídas, com destaque para a governança dos jogos e para as instalações esportivas, além de outras ações de controle em andamento.

O relatório está disponível para consulta e *download* gratuito no Portal TCU: www.tcu.gov.br.